

*A gente é o certo: concepções morais acerca do crime e do Estado por parte dos irmãos de Pedrinhas*<sup>1</sup>

Lúcia Mendes Miguez, PPGAS-USP/São Paulo

Palavras-chave: prisão, PCC, moral.

O presente trabalho parte do objetivo de se debruçar sobre as formulações morais que os meus interlocutores, homens presos na Unidade Prisional de São Luís 3, produzem sobre si mesmos, e como essas formulações auto-referenciadas se relacionam com formulações morais feitas sobre o “crime”, mas de fora dele. Eu denominei as formulações dos homens com quem conversei de contra-moral, no sentido de que são relacionais: de dentro, mas referidas a perspectivas de fora acerca daquilo que está dentro. Os pontos de vista do Estado e da *sociedade* sobre o PCC são aqui apreendidos, é importante destacar, sempre do ponto de vista de meus interlocutores.

Ser do *crime*<sup>2</sup>, na acepção de meus interlocutores, não é a mesma coisa que cometer um crime, e é um pertencimento sempre em disputa. Pela centralidade que a criação e a efetivação de uma acepção de *certo* têm para o PCC, o projeto de pesquisa ambicionava acompanhar o pensamento e narrativas desses sujeitos.

Ao lidar com o *crime* em uma pesquisa prévia em São Paulo, a prática antropológica de compreensão do mundo que é suposto e projetado a partir daquele pensamento específico e, mais do que isso, a prática de afetação recíproca entre pensamentos (o dos interlocutores e o da antropóloga), consequência de uma equivalência cultivada metodologicamente, me parecia ficar sempre ameaçada pela qualificação moral que é conferida hegemonicamente ao crime. O pensamento das pessoas que se definem como *do crime*, de saída, é um saber minoritário moralmente deslegitimado. E isso se mostrava como uma barreira na própria interlocução em campo: parecia que conversavam comigo sempre a partir da compreensão de que o que eles fizeram para estar aprisionados foi um *erro*, e que a prisão é algo *merecido*. Daí o problema maior desta pesquisa: quais efeitos as convenções morais ali criadas podem produzir nas convenções morais de um pensamento hegemônico a elas externo? O “erro” e o “merecimento” são categorias hegemonicamente utilizadas para pensar o encarceramento e o crime. Mas quando meus interlocutores utilizam essas categorias,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> Neste texto, o itálico será utilizado para as acepções de meus interlocutores. As aspas, para acepções externas (segundo meus interlocutores), a eles concernentes.

seus conteúdos semânticos são os mesmos? Ao decalcar ou estender essas categorias, meus interlocutores produzem alguma diferença?

A partir de uma etnografia realizada na Unidade Prisional de São Luís 3, em São Luís-MA, um pavilhão pertencente ao PCC, o trabalho pretende apreender qual a moralidade elaborada por estes homens: quais as noções de *certo*, *justo*, *errado* e *injusto* que emergem quando o *crime* pensa a respeito de si mesmo e em sua relação com o *Estado* e com a *sociedade*.

São questões que começaram a me inquietar desde minha Iniciação Científica, em que fiz incursões ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, em São Paulo, com um acesso possibilitado enquanto agente da Pastoral Carcerária.

Nesta pesquisa, comecei a pensar sobre uma formulação que recorrentemente me era colocada durante o trabalho de campo: “se estou aqui, é porque procurei”. Intrigava-me como esta fala parecia justificar o próprio encarceramento. Muitas vezes, aparecia ali a ideia de *aprender* a não repetir, ainda que muitas das pessoas que me diziam isso fossem reincidentes.

Nesta uma auto-responsabilização, parece estar embutida uma ideia de merecimento, em que se assume o risco das consequências advindas da realização de uma ação que não se enquadra em determinadas regras.

Para a realização da pesquisa atual, busquei interlocução com aqueles que buscam agir pelo *certo*, fossem eles *irmãos* propriamente batizados ou *companheiros*<sup>3</sup>, a partir da aproximação de organizações civis de apoio a familiares de presos. Não obtive êxito, porém, pela recusa por parte das pessoas que encontrei, comprometidas judicialmente - ou potencialmente comprometidas -, em falar com uma desconhecida. Um dia, uma mulher que compõe uma dessas organizações, me falou: “Ah! Você quer conversar com quem está no *corre*? Eles não falam...”

Com o agravamento desta situação, a pesquisa começou a mostrar-se inviável para o curto tempo do mestrado. Este entrave, não obstante, apresentava desde já um problema de ordem moral<sup>4</sup>: a recusa em conversar comigo tem a ver, também, com um medo de se falar sobre algo tido como *errado* com alguém que não compartilha dos mesmos códigos.

---

<sup>3</sup> Aqueles que seguem a forma de conduta própria do PCC, mas não são batizados na facção.

<sup>4</sup> Que se soma e se mistura ao problema de ordem prática: o medo advindo da possibilidade de ser preso.

Se no contexto da pesquisa de iniciação científica o componente moral-cristão era bastante evidente, tendo em vista que aqueles homens se dirigiam a mim como uma “assistente religiosa” da Pastoral, uma certa presunção de que a pesquisadora condenaria seus atos estava aqui também colocada.

Permitindo-me andar junto a Roy Wagner (2017 [1975] : 72 e 73), compreendo que afora o necessário trabalho de “mediação da convenção”, a definição e a extensão de qualquer elemento simbólico constituem uma mesma operação, de modo que não há significados “primários”, autoevidentes, absolutos. Um significado tautológico seria, assim, uma ilusão.

Colocar essa teoria, que supõe uma simetrização, em prática, seria talvez compreender que os significados que meus interlocutores produzem para determinados valores não são mais “inventados” do que os significados que estes valores assumem de maneira hegemônica. Mas no meu campo foi se apresentando uma questão moral que entravava esta prática<sup>5</sup>. Deste problema metodológico desdobrou-se o problema teórico da pesquisa.

No ano de 2023, a profa. Karina Biondi, minha coorientadora, foi chamada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para compor um grupo de trabalho que se dedica a gerar oportunidades de trabalho dentro de unidades prisionais e fora, para egressos do sistema. Com isso, ela conseguiu pleitear a entrada, para ela e para mim, na Unidade Prisional de São Luís 3, pavilhão ocupado pelo PCC, como visita acadêmica. O motivo da entrada, dentro do projeto, era averiguar um rumor de que os presos do pavilhão estariam se recusando a trabalhar, o que se mostrou falso em nossa verificação presencial.

### **O PCC, em Pedrinhas, e o Estado.**

Os homens com quem conversei dizem ser contra o Estado, lutarem contra a opressão do Estado, e não fazerem negociação com o Estado. A relação com o Estado é

---

<sup>5</sup> Talvez entraves de ordem moral embasem qualquer encontro entre diferentes perspectivas. O que ocorreu aqui foi possivelmente que isto se deu de maneira mais explícita, ou simplesmente calhou de me incomodar.

estabelecida por meio do *diálogo*, de maneira que o PCC *demonstra respeito para ser respeitado*. Eles *batem de frente* com o Estado pois *sabem seus direitos*.

A partir das conversas que tive em Pedrinhas, me pareceu que, se por um lado estar no Pavilhão do PCC e ser *irmão* ou *companheiro* permite uma organização que é pensada sempre em conjunto, como uma *irmandade*, em que a *luta* é sempre em prol de todos e não existe a possibilidade de proveito individual, por outro, o tratamento que lhes é conferido pelo Estado é pior do que em outros pavilhões.

Muito me foi ressaltado como aquele pavilhão, por pertencer ao PCC, era o melhor lugar possível para se cumprir a pena, justamente pelo trabalho da facção para fazer prevalecer uma determinada conduta:

Querendo ou não, muitos estão aqui pela melhoria, tipo assim, de ser uma caminhada organizada, por ser todo mundo unido (...) Porque o Cadete é a maior proibição da parte da polícia, e é cada um por si. Cadeia do CV [Comando Vermelho], sabe como é, não tem lei, é aquela facção de sangue. Na PCM [Primeiro Comando Maranhense] não tem organização. Aí eles procuram, o melhor lugar é o PCC, pô. A comida, se voltar a comida, volta a de todos, se for pra um comer uma coisa todos comem, nós é uma família.

Por vezes, a escolha desse pavilhão pelas condições de vida que ele permite era mencionada pelos meus interlocutores com o intuito de dizer que não eram *faccionados*, uma palavra que eles apontavam como usada pelo sistema de justiça para caracterizá-los:

Entrevistado: Eu só queria fazer uma pergunta para a senhora.

L<sup>6</sup>: Faz.

Entrevistado: Não é querendo que aconteça uma coisa dessa, mas se algum parente da senhora fosse preso, tu queria que ele puxasse no meio do PCC ou de outra?

L: Do PCC, pelo que eu escuto de vocês...

Entrevistado: Talvez é a mesma opinião de um mano aqui, talvez a mesma minha também, você optou por isso...

L: Eu entendo.

Entrevistado: A gente sabe que o PCC é o crime de verdade, é o que dá respeito, entendeu? O cara pode dormir aqui, perto aqui, não vai acontecer... Mas não é por dizer que nós tá aqui que nós é faccionado. Nós faz parte ali.

Quando desliguei o gravador, esse interlocutor virou para o homem ao seu lado e disse: “Aqui é PCC até a última gota de sangue, viu?”. Havia um cuidado de se desvincular da facção nessa fala, que ele procurou retificar junto ao companheiro depois.

A diferença entre as duas posições é uma diferença de grau de responsabilidade: um *irmão* pode ser mais responsabilizado se agir de maneira apreendida como *errada*. Mas ser *irmão* batizado ou *companheiro* não denota uma hierarquia, pelo contrário, o

---

<sup>6</sup> Usarei a letra “L” para identificar-me nas entrevistas.

preceito de *igualdade* serve entre outras coisas justamente ao equilíbrio dessa relação. Muitas vezes me impressionava quando um interlocutor me dizia ser *companheiro* pelo grau de conhecimento da ética do Comando, de modo que essa diferenciação não necessariamente equivale também a uma diferença de experiência.

Mas da igualdade imperante entre essas posições, de forma que *irmãos* e *companheiros* estejam juntos pelo *certo* e pelas suas *melhorias*, não decorre uma totalidade correspondente ao termo “faccionado”, uma categoria estatal.

Quando meu interlocutor buscava se distanciar dessa categoria, dizendo que não é por estar lá que ele é faccionado, talvez ele estivesse recusando o tratamento que eles, por serem assim enquadrados, recebem. Essa recusa fazia sentido diante de mim, que não represento o Estado mas ainda assim represento uma alteridade muito grande. Quando ele se dirige ao seu companheiro, porém, essa recusa já está pressuposta, assim como a *igualdade*.

Os essencialismos (de diferentes visibilidades e impactos) “Estado” e “faccionados” são contingencialmente construídos, em função do embate, justamente aquilo que reclamam não o ser (Herzfeld, 2014: 53 e 54). Ao essencializarem-se, “tornam-se parte de um universo moral indiferente ao seu próprio carácter moral” (*Idem*: 271), o qual se busca aqui recobrar.

Seguir este modo de conduta baseado na *irmandade*, na *união*, exige uma experiência de *aprendizagem* de um conhecimento:

Entrevistado: A sua vida vai piorar muito quando você entrar no sistema prisional, independente de facção, só em entrar em um lugar desse já muda a sua vida.

L: Mas tem diferença tirar a cadeia aqui ou em outro lugar?

Entrevistado: Aqui você aprende mais.

L: Aprende mais?

Entrevistado: É, é mais organizado, tem mais diálogo, bater de frente pelo que é nosso de direito, não por regalia, entendeu? Acho que é nosso direito, esse negócio mesmo da visita: a visita do cara vem, se der mancha, bota pra voltar<sup>7</sup>. Se der mancha três, quatro vezes, só vai ter tua visita daqui dois, três meses. Não tem gente capacitada pra estar ali, naquele bodyscan. É um gás que aparece na barriga, bota pra rua, isso aí é desumano. Nós tem direito a nossa visita, é lei, né?

A aprendizagem parece estar ligada a uma conscientização de quais são seus direitos e como efetivá-los, além da diferenciação entre o que é direito e o que é regalia. Está

---

<sup>7</sup> Aqui, este interlocutor se referia a um caso constante naquela unidade, em que quando as visitas passam pelo scanner corporal, se aparece alguma mancha de gases na barriga, a pessoa é tida como suspeita de estar transportando algo para dentro da unidade e por isso é impedida de entrar.

implícito aí um discurso estatal que diz que o preso não pode ter *regalias*, de modo a se tornar crucial efetivamente saber quais são os seus direitos, para que não sejam feridos e rebaixados à categoria de regalia. Essa nuance surge em várias falas, como que em uma previsão do que vai ser respondido com relação à demanda:

O lanche é uma coisa que a gente vê... Também não é brigando com eles, mas só que tipo pedindo um pouco de atenção em cima da variedade, não é que é regalia, tipo mudar as coisas do jeito que nós quer, mas a gente podia ter também um suco, pela semana. É só um refrigerante, ou Toddy. Um bolozinho lá que vem um fermento, cara, eu mesmo até evito porque eu tenho é medo de pegar uma diabete, pegar alguma coisa. Eu mesmo seguro minha situação em cima do pão.

Se por um lado, existe uma escolha por esse pavilhão em função das condições de vida que ali existem, meus interlocutores pontuaram que nele o tratamento que recebiam por parte do Estado era pior. A oferta de trabalho absolutamente escassa era um dos sinais de tratamento mais severo por parte da direção do presídio, se comparado aos outros pavilhões. Outro sinal era a escalação de presos de outros pavilhões para fazer os trabalhos que eram feitos fora das celas, segundo meus interlocutores, porque o diretor sabe que se forem eles a fazer esses serviços, não vão deixar que as coisas aconteçam como elas acontecem. O semi-aberto do pavilhão era a única cela que tinha as grades viradas para o ambiente externo, sem uma parede com outras celas na sua frente, mas nele os presos ficavam trancados, saindo da cela nos mesmos momentos que seus companheiros em regime fechado. Esse também, nos diziam, era um fator específico deste pavilhão.

O tratamento severo por parte do Estado parece ter uma relação causal com essa demanda por *direitos* e com a relação específica que o PCC estabelece com ele:

L: E por que vocês acham que é mais pesado para vocês?

Entrevistado 1: Porque os nossos objetivos, como todos já sabem, tem até várias coisas na internet. Vocês sabem que o PCC é um livro aberto para as pessoas, certo? As nossas melhorias, os nossos objetivos, é de botar as unidades, que tenha pelo menos um pouco de dignidade dentro das unidades, e respeito. É a ressocialização dos presos. É uma coisa que aqui não acontece. Como é que a pessoa vai ressocializar o preso se não tem um trabalho para ele? Se não tem uma conversa para ele? Se ele não pode conversar simplesmente com a psicóloga? Com a assistente social? Ou até mesmo com vocês, se vocês não tivessem tomado essa iniciativa aqui, que faz é tempo que nós pede aqui pra vocês...

Entrevistado 2: Na verdade, o PCC ele briga não só contra o Comando Vermelho, contra... E sim o foco principal é o que? O Estado. A máquina opressora. Esse é o foco do PCC. Então até mesmo por isso que foi criado o PCC.

Entrevistado 3: Mas só lembrando, não pra confronto, e sim pra melhoria de dentro dos presídios.

Entrevistado 2: Mas é aquela coisa, se precisar, já sabe como é que é né? Se no diálogo não se resolve, então...

Aqui, o Estado assume múltiplas facetas, subvertendo-se a “superfície enganadoramente plana” da “harmonia nacional” (Herzfeld, 2014:16). Por um lado, ele é uma *máquina opressora*. Uma hipótese desta pesquisa é a de que ele o é na medida em que fere os direitos e a dignidade das pessoas que isto afirmam. Por outro lado, a *briga contra o Estado* não tem como fim sua destruição, mas parece se definir pela reivindicação, por parte do PCC, da garantia de seus direitos, algo que compõe o Estado. Meu interlocutor reivindica a efetivação da ressocialização, algo que o próprio Estado afirma fazer. A reivindicação é por aquilo que o Estado diz fazer e no entanto está longe de fazer.

O tratamento recebido pelo Estado era ligado por meus interlocutores também pelo tipo ou magnitude dos crimes que cometem, supondo que a força de opressão se faz em resposta a infração a autoridade estatal:

L: Vocês acham que tem a ver com a organização de vocês?

Entrevistado: Assim, entre nós, é porque sabem que o PCC age em cima do diálogo, né? Porém, é o crime, pô! Aí eles não vão facilitar, aonde pode ocorrer qualquer tipo de situação, aí já traz pessoas de outras unidades e não coloca nós. Porque aquele cara, ele não pode estar muito tempo solto, ele tá fechado, ele tá privado a liberdade dele, ele tem que estar custodiado, tem que se manter preso, aí não confia. Mesmo que ele esteja argolado, mas se ele pedir uma remissão não dá, porque ele é danado, vai dizer assim: "Não, porque o cara é assaltante de banco, explodiu caixa eletrônico, é ladrão de empresa de valores de outro país", como já aconteceu aqui... Tem muitas ocasiões onde é cabreiro, ele fica naquela... Não tem muita confiança. Aonde sempre a gente vem com a unidade em cima do diálogo. E aí já era pra ele ter uma confiança. Porque aqui dentro não tem arma.

A despeito do *diálogo*, o Estado não *confia* no PCC.

Ao perguntar, um dia, se fazer essas reivindicações os trazia medo de alguma reprimenda, meu interlocutor me respondeu:

Medo eu não tenho não, pô. Porque nós tá cobrando o que é nosso, que tipo assim, que é direito nosso, tá ligado? Só que tem alteração, acontece, mas... Não é pra ter medo. Nós senta, troca ideia, pra poder saber fazer, saber como fazer. Não é chegar lá desesperado, falar o que quer, fazer o que quer, não, é organizado, é uma troca de ideias.

Quer dizer, não se deve ter medo de demandar uma vez que a demanda é sobre aquilo que é deles, de direito:

Novamente a situação que eu falei em termos da pontualidade do que vai receber, é que nem: eles estão exercendo a função deles como servidor, vão cobrar o que é deles. Nós estamos cobrando o que é nosso. Tipo, a gente tem

uma data, dia 15, pra pagar o fardamento de 2 meses, a gente vai ali em cima daquela pontualidade<sup>8</sup>.

Intimamente ligada a essa noção de *direito*, está a defesa de que eles estão cumprindo suas penas e *merecem* um *tratamento humano*:

Entrevistado 1: É coisas básicas que falta na nossa unidade, pra nossa qualidade de vida aqui dentro, porque querendo ou não, a gente já está cumprindo pena, independentemente, a gente merece um tratamento humano, mesmo isso a gente merece, coisa que a gente não tem, praticamente, entendeu?

Entrevistado 2: Então, nós tem nossos direito, certo? Nós é humano também. Se não tá pagando, libera para nós trazer da rua, das nossas casa, mas não libera.

## O diálogo:

O *Diálogo* tem a ver com a produção de um discurso que parte de uma conduta do Estado, para daí criar uma argumentação. A entrada no pavilhão 3 da UPRSL, como já dito anteriormente, partiu de um boato, na Secretaria de Administração Penitenciária, de que os presos desse pavilhão estariam se recusando a trabalhar. Revoltado, um interlocutor recomendou que não acreditássemos:

Se eu fosse conversar ali com ele ali, e ele viesse nesse papo, a primeira pergunta era: me mostra o termo de recusa aí, me mostra. Só isso que eu quero. Pronto! A gente vai em cima do que eles falam, entendeu? Por isso que eu costumo dizer até às vezes pra alguns irmão aí mesmo, quando nós estamos assim num calor de ideias, eu digo: toma cuidado como que vem, entendeu? Venha no certo, porque se vim falar e falar errado, vai ficar muitas vezes... Esses caras, tô falando assim, nós temos uma brincadeira, mas esses caras aí não tem papo pra nós, entendeu? Só se for mostrar a direção pra nós. Então assim, se eu fosse assim no lugar de vocês, uns caras desse não comia minha mente! Não entrava na minha mente! Porque não tem lógica, a gente vai em cima da lógica, já que não tem ideia, vai na lógica, entendeu? Se eu fosse você... Não é criar inimizade, não tô...

Aqui, parece haver uma tática de adoção do discurso do Estado, que tem seu ápice na proposição de que o Estado deveria apresentar um termo de recusa provando que eles teriam se recusado a trabalhar, como que aplicando ao Estado uma conduta que, tradicionalmente, é dele. Este interlocutor conta que, no *calor de ideias*, aconselha aos *irmãos* que tenham *cuidado* com o que dizem.

O *diálogo* se mostra um trabalho de cuidado com as palavras:

Eles (os guardas) quer *acelerar* o sistema. O PCC é *inteligente*, a gente não vai. A gente não vai acelerar o sistema ali devido a eles. Se eles são homens,

---

<sup>8</sup> Aqui, este homem se referia à produção de uniformes (*fardas*) pelos presos, um dos trabalhos fornecidos na unidade.



a gente também somos homens, a gente tem atitude igual eles. Então a gente sempre prega... Eu falo mesmo particularmente, no xadrez, (...) a gente reprime aquele irmão ali quando vai falar com você e vai levantar a voz: "Ei, calma, você vai perder seu direito, vai no seu direito!". Porque se você gritar com o auxiliar, você já perde seus direitos. (...) Se o auxiliar está te tratando com aquela ignorância, você usa inteligência, que tu vê que o comando é aquilo, *o respeito*. Você deixa ele falar. Você chama a gestão que é a frente do pavilhão: "Oh, tal auxiliar veio aqui com coisa com a gente aí"... Então a gente corre pra isso, a gente tem pra onde correr.

Nessa fala, os guardas querem *acelerar o sistema* provocando-os, para gerar algum tipo de reação. Em função da *inteligência*, o irmão não deve se deixar alterar pela provocação, se mantendo calmo para posteriormente acionar alguém da *frente do pavilhão*, para que ele atue, mais uma vez, *dialogando*. A escolha de quem será *frente do pavilhão*, parte dessa *gestão*, se dá pela comprovação prática do nível de experiência e *conhecimento* desta ética de conduta baseada na *igualdade* entre si e *diálogo* com o Estado. Se identificamos aí algo próximo a uma noção de representação política, esta só é legítima na medida em que se comprova a capacidade para tal, comprovação intimamente ligada à prática.

Essa conduta, segundo meus interlocutores, traz benefícios a todos, tanto a eles como ao Estado:

Entrevistado 1: Aqui dentro da nossa unidade a gente prega um certo respeito com a polícia. Porque querendo ou não, a gente tá aqui, a gente é uma população grande, de irmão, de companheiro, mas porém a força maior é a polícia, aí a gente tenta dar toda a questão de deficiência que está faltando dentro dos blocos, a gente tenta ali sempre buscar um diálogo, conversar com a direção. (...) Nós prega isso, o respeito, mesmo que seja com a polícia, mas a gente sempre busca o meio caminho ali de não atrasar o lado de ninguém...

Entrevistado 2: Faccionado é uma união de sofredores, entendeu? Que até mesmo na ditadura, né, antigamente, eu creio que a polícia se beneficiava muito em cima ali dos presos, em cima de opressão, em cima de hierarquia até mesmo de maioria, de engrandecimento. Hoje em dia nós estamos numa era assim, que eu creio que é mais de diálogo, né? Até mesmo para não carregar problema nem pra sociedade, nem pra a polícia, nem para o crime.

Ou seja, o *diálogo* é um recurso que busca combater a *opressão* policial/estatal e, com isso, evitar o recurso à atitudes mais drásticas, que não seriam interessantes, pelo menos inicialmente, para nenhum dos lados envolvidos.

Por outro lado, a possibilidade do diálogo tem um limite, a depender de como o Estado atua:

Cada ação tem uma reação, a gente não vai pegar, abrir mão ali de um desrespeito de um servidor pegar o nosso irmão a força, ou dar um tiro nele... Não vamos aceitar, em termos da igualdade, a gente acha deveria ser pra todos. (...)

A *igualdade* deve servir a todos, e isso significa não aceitar opressões mais diretas por parte dos servidores da unidade. Mas além disso, há também uma apropriação de um discurso Estatal, virado contra ele: “cada ação tem uma reação”. Se esta é uma fórmula recorrentemente relacionada ao cometimento de crimes e justificação da prisão por parte até mesmo de quem é aprisionado, aqui a fórmula serve às ações do Estado colocadas em prática através dos servidores.

Neste sentido de limite do *diálogo*, o cotidiano se mostra como uma constante prova de paciência:

É porque cada unidade aí tem, vamos dizer assim, o seu legado. Aqui, já o PCC a gente já tem *diálogo* com os servidor como você já prestou atenção, já tem outras unidades que já é mais agressiva com os agentes. Mas querendo ou não, o sistema traz aquela, um pouco de *raiva*, não é dizer que a cadeia nossa aqui é *oprimissão*, aqui não tem né meu irmão? Aqui graças a deus a gente não somos oprimidos de jeito nenhum. A gente respeita auxiliar, às vezes chega aqui auxiliar de outras unidades a gente mostra uma direção. Mas o sistema *estressa* a gente, entendeu?

Nessa fala é patente os efeitos que a organização e resistência por parte do PCC cria, do ponto de vista de seus componentes: ali não tem espaço para opressão. Uma opressão bastante específica, mais direta e explícita. Ela pode ocorrer, mas o PCC se organiza contra. O estresse gerado, no entanto, está ligado a todos os níveis opressivos experimentados diariamente, mas que não podem ser remetidos a um ator específico, a não ser ao Estado enquanto entidade. D Diante do estresse, a reivindicação se mostra como um caminho calculado, para que não prejudique ninguém:

Cara, é uma coisa que isso daí, pra gente mesmo de acordo com a nossa mente que tipo, uns diz: "Ah, isso não vai mudar". Mas muda, pô. Muda, porque cada situações que chegar ao extremo, eu tenho certeza que vem atenção em cima da reivindicação certa. Agora não vamos pegar aqui, pagar de doido, ou toca fogo na cadeia que isso daí vai só prejudicar nós.

Cada conduta é constantemente calculada, porque se eles se exaltam, sofrem reprimendas, mas se não se organizam coletivamente e demandam, ficam em condições piores. Esse cálculo talvez parta de um terreno, definido por Herzfeld, em que os níveis de poder não podem ser claramente definíveis ou imutáveis. Meus interlocutores possuem uma “familiaridade com as bases de poder” que lhes assegura essa “irreverência criativa”, mas também os faz sentir, logo depois, a “eficácia da intimidação” (Herzfeld, 2014: 17).

Por isso, eles *batem de frente*, mas sempre *em cima* daquilo que o Estado diz, e colocando o lado deles, porque, segundo eles mesmos, eles sabem seus *direitos*. Mas, é importante pontuar algo que um interlocutor me corrigiu certo dia. *Bater de frente*,

demandar para conseguir mudar certas coisas não é uma atitude que pode ser entendida como negociação com o Estado. A inconciliabilidade que o termo *bater de frente* sugere não pode ser ignorado:

Entrevistado: Eu acredito que os únicos internos, eu não vou chamar de *irmão* porque não é nossos *irmãos*. Os únicos internos que ainda tem uma remuneração são esses daí que ficam soltos. Fazendo esses trabalhos externos aí. Mas não é da nossa unidade mesmo, eles já vem de outra unidade, vamos supor assim, *seguros*, eu creio que vocês sabem o que é isso, *seguros*. Muitas vezes, quando faz raiva pra gente, a gente fala com o diretor, a gente troca, vem outro. Quando eles estão com macacada a gente fala com o diretor, o diretor manda, traz outro, tipo assim, a gente escolhe os que vão ficar aí, entendeu? Que muitas vezes, eles querem bater de frente com a gente, alguns tem artigo que não é compatível, que são os estupradores, pedófilo, entendeu? Nós não admite no nosso meio, entendeu?

L: Aí negocia com o diretor pra trocar?

Entrevistado: Não é nem negociar, essa palavra a gente não usa, *a gente não faz negócio com polícia*, entendeu? A gente só conversa, entra em um consenso e eles tira, até mesmo pra evitar um problema maior, entendeu, na unidade deles.

Quando este interlocutor diz que conseguem escolher quem é que vai trabalhar dentro do pavilhão, demonstra o nível em que a resistência se efetiva: o PCC não consegue impor que eles mesmos trabalharão nas funções externas às celas, mas conseguem trocar as pessoas que o fazem.

O *diálogo*, afinal, serve para evitar um problema maior, quer dizer, medidas extremas e mais violentas. Nesse sentido é favorável a todos. Mas isso não condiz com uma negociação, nem da parte do PCC, nem da parte do Estado, segundo os primeiros:

O que aconteceu, a situação, de que eles não estão deixando entrar nossos baldes. Eles também pagam doce, doce de goiaba, entendeu? Como aquele tipo, depois do almoço, depois da janta... Então o que que acontece: alguns presos tava fazendo cachaça com esses doces, retirando álcool do açúcar e fazendo a cachaça, eles estavam entrando e tavam achando. E aí eles disseram que iam breçar o balde, botaram logo a culpa no balde. Então a gente disse pra eles: "Porque que vocês não fala, já que o problema não é a cachaça? O problema não é o balde, é a cachaça! É os irmão que tá fazendo a cachaça. Por que que não troca esse doce que tá deixando os irmão tudo pré-diabético, por uma fruta? Por um pé de moleque, uma paçoquinha? Que eu acredito que ia resolver tanto nosso problema de entrar nossos baldes, como de vocês não achar mais cachaça!". Aí eles: "Não, mas é porque a secretaria disse que não pode isso, que não pode aquilo, não pode mais o que"... Rapaz, mas na hora de vir na nossa reta pode! Mas na hora de resolver os problemas, tudo tem uma dificuldade, eles colocam logo um muro na frente. Porque muitas vezes eles vem com a dificuldade, nós com a solução. Mas eles tão vendo que aquilo lá é a solução, mas não quer botar em prática. Tem aquela dificuldade, tá entendendo, eu não sei se é ego, não sei se é ego da parte deles, que não querem ficar por baixo.

A relação com o Estado, portanto, não é de negociação, e os *irmãos* justificam isso dizendo que são contra o Estado, anti-sistema.

Se faz necessário, assim, se deter mais a fundo sobre essa relação.

## O que é ser contra o Estado?

Ser *contra o Estado*, nos termos no PCC, não significa que seja travado um embate direto e cotidiano, pela força, contra o Estado. Recentemente, o jornal Folha de São Paulo tem noticiado um “racha no PCC”<sup>9</sup>. Uma gravação de áudio de uma conversa entre Marcola e um funcionário da Penitenciária Federal de Porto Velho<sup>10</sup>, em 2022, foi usada pelo Ministério Público contra Soriano, que acabou condenado a 31 anos pela morte de uma psicóloga da Penitenciária Federal de Catanduvas (PR), em 2017. No áudio, Marcola se diferencia de Soriano dizendo não ter *aversão a funcionário*, não ser *mal educado* como o último.

Ainda que seja questionável a narrativa midiática de um racha no PCC como um todo, e o tratamento de Marcola e Soriano como “grandes líderes” da “cúpula” do PCC, o áudio de Marcola traz vários aspectos que se assemelham ao que ouvi em campo. Nele, Marcola diz ser um *cara perigoso de verdade*, mas não no *sentido de violência gratuita*, e sim no de *lutar pelo melhor pra mim* o que, no contexto da fala, insinua o sentido de uma fuga. Essa *violência gratuita* não é bem-vista, como me disse um interlocutor:

Até mesmo o cara que é acelerado aqui, "Ah, porque eu sou bicho solto", e não sei o que... Chega lá, é parado pela polícia e pelos irmão. Porque lá tem os irmão de São Paulo também, os irmão que entende, dando o papo: "Veio pra cá por causa de que?", "Não, porque eu xinguei a polícia, porque eu ameacei a polícia", os irmão já pân na mente, entendeu? "Ah, tá se perdendo"...

Nessa fala, vemos que uma conduta de violência direta com a polícia, se *gratuita*, pode ser reprimida pelos próprios *irmãos e companheiros*. Esta forma de conduta gera, segundo meus interlocutores, até mesmo *admiração* por parte do Estado:

Entrevistado 1: Os cara que não são organizado, uns cara que quer oprimir a população do bairro que mora, quer extorquir dinheiro essas coisas. Eles não são vistos com bons olhos. Então quando cai nas mão deles [da polícia]... Nós não, a forma da gente se organizar chama a atenção deles de forma

<sup>9</sup> Vide: <https://www1.folha.uol.com.br/tv/2024/05/o-que-esta-por-tras-da-crise-no-pcc.shtml>

<sup>10</sup> A conversa pode ser ouvida aqui: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/pcc-vive-maior-racha-em-20-anos-e-marcola-tem-poder-testado-pela-1a-vez.shtml>

diferente, eles já não desacreditam da gente. Estão sempre com uma orelha em pé com nós que sabe que a gente sempre tem uma carta na manga. Sabe conversar, sabe dialogar, procura uma maneira mais inteligente de resolver os problemas. Então, acredito que eles olham para a gente até com uma certa admiração, de se posicionar que é diferente das outras facções.

Entrevistado 2: Eu vou citar o Estado como um todo, procura tratar a gente de forma diferente, porque também a forma que a gente se posiciona, entendeu? Eu acredito que seja isso. A forma da gente fazer o nosso convívio. Porque eu vejo que os auxiliar eles não trabalha só na UPSL3 pra sempre, tem auxiliar que vem de outras unidade, e vê também a forma que a gente se posiciona, a forma que a gente age, a forma que a gente se organiza. Então ele vai vendo que é uma forma diferente de outras unidades se organizar, forma diferente de outras organização se organizar. Então, eu já ouvi da boca de auxiliar pô, falar que admirava a forma que a gente agia, a forma que a gente se organizava. Já ouvi de boca de auxiliar, de falar: “Quando é que vocês vão tomar essa capital, e tirar esses pirangueiros do Bonde dos 40 daqui?” (Risos). É, pô, eu já ouvi já.

Segundo eles, porém, a *admiração* não se converte em confiança, e isso faz com que o Estado não atue *de igual pra igual*:

Tem muita coisa aqui que poderia ser benefício tanto pra unidade, não só pro interno, pra unidade toda, se eles dessem essa confiança. Se eles realmente quisessem que a gente trabalhasse, que a gente fizesse a remissão, procurasse a nossa ressocialização, então eles não deveriam agir dessa forma. Porque aqui é auxiliar querendo ser agente, agente querendo ser chefe de plantão, chefe de plantão querendo ser diretor, e por aí vai!

Para meus interlocutores, o Estado *sabe* que deveria agir de outra forma, mas não *cumpr*e com seus deveres:

Entrevistado 1: De vez em quando, a própria enfermeira tem que falar com o diretor pra ele poder autorizar um medicamento pra ela trazer da própria casa dela. Pra trazer a medicação pra nós, isso aí não é direito dela, não é obrigação dela, a obrigação é do governo e da unidade, do Estado e da unidade.

Entrevistado 2: Porque eu acho que eles devia botar a mão na consciência porque ele é ciente do problema de comida estragada que vem pra nós. Ele tá vendo que vem comida estragada pra nós, o que é que custa deixar entrar nossa farofa?

Nos dois casos, meus interlocutores falam de situações em que suas famílias ou funcionários da unidade trazem suprimentos que *deveriam* ser fornecidos pelo Estado, e, ainda assim, são barrados de entrar<sup>11</sup>. É deste contexto que deriva a importância da *igualdade* entre os *ladrões*:

Os irmão que estão isolados na UPSL4.<sup>12</sup> Os nossos irmão que estão isolados

---

<sup>11</sup> A maneira como as famílias de homens presos suprem necessidades que o Estado deveria suprir por lei é descrito em GODÓI, Rafael (2017).

<sup>12</sup> A unidade 4, nessa penitenciária, é um regime diferenciado, mais duro, usado como sanção a condutas realizadas em outras unidades. Por isso, une pessoas pertencentes a diferentes facções ou não associadas a nenhuma.

lá na UPSL4, quando eles entram em uma dificuldade, o que que a nossa família faz? Cada bloco cria um projeto pra arrecadar valores para está doando pros irmão, tá entendendo? Porque são as nossas diretrizes que estão lá, a gente ajuda um ao outro. (...) Então, todas as diretrizes do bloco chegam nos irmão, que procura construir um projeto para conseguir ganhar aquela remuneração ali, aquela moeda, pra estar jogando para os irmão lá. Para eles conseguirem ter a visita deles, lençol, essas coisas assim, tá entendendo? É nós mesmo! A gente não espera do governo não, é nós mesmo, nossos integrantes, nós mesmo integrante, a própria diretriz da família que cria projeto pra arrecadar ajuda pros nossos próprios irmãos que estão isolados! Não precisa de governo não.

Desta falta de suprimento, advém outra prática recorrente de meus interlocutores, que é um questionamento acerca da retidão com que o Estado atua com sua verba destinada ao sistema prisional:

Entrevistado 1: Poxa, se eu sou, tô na parte da limpeza do bloco, a gente carece ali também de vassoura, pá de lixo, o rodo, que geralmente a gente faz ali a lavagem também, balde que é jogado o lixo, o bandeco que a gente come e joga, e nós não tem essas coisas dentro do bloco. Nós tem mas já são bem velhos, tá tudo quebrado, não dá mais pra servir. Questionamento a gente traz aqui pro diretor administrativo, demora muito descer uma resposta da parte dele, entendeu? Então a gente somos lesados em cima dessas questão, que não tem, mas de saber que o Estado é rico, tem condição de chegar ali e suprir essas necessidades, nós sabe que tem, entendeu? Mas agora, o destino, pra onde é que tá indo, nós não sabe, não tem como entender. E não tem também o diálogo da parte deles de chegar e passar pra nós que tá passando por algum tipo de dificuldade, a secretaria não liberou a verba, essas ideia...

Entrevistado 2: A corrupção ali deve ser muito grande, porque pra não ter vindo essas escova, eu acredito que o dinheiro cai no estado todo mês! Não vem é pro destino certo! Do estado eu acredito que cai todo mês, não falha não. Esse dinheiro que vem para nós, todo mês cai, não falha. Agora, o que eles estão fazendo é o que a gente não sabe, né? Porque, para estar faltando escova, vindo comida estragada, que tudo deles aí é o Estado! "É o estado, é o Estado", mas na hora de suprir as nossas necessidades básicas, não está presente, só está presente na hora de tacar spray de pimenta, bala de borracha e bomba, e cobrar da gente. Muitas vezes, uma pequena palavra errada que a gente solta ali pra um auxiliar, para dar um PDI, isso eles são ágeis em fazer. Mas uma escova de dente, que está 4 meses sem pagar? Um fardamento, que às vezes a gente está parecendo uns mendigos do governo aí?

Neste sentido, o PCC se torna aqui bastante legalista, uma vez que suas demandas estão assentadas nos direitos básicos da Lei de Execução Penal: querem comida que não esteja podre, receber suas visitas, água, ar, higiene, que a cela seja ocupada pelo número de pessoas que comporta, segundo o número de *burras*<sup>13</sup> construídas.

Mas há uma dimensão inventiva sobre este legalismo:

Que cara, tem muitas coisas que acontecem, não só do lado do crime, como do lado político que a gente vê várias covardia, várias situações que *deixa até mesmo os moradores que trabalham de carteira assinada* às vezes na falta de segurança, na falta de estrutura, de um saneamento básico, não tem ali um programa básico de chegar a ter uma população em uma cidade controlada.

---

<sup>13</sup> Nome dado ao local onde dormem, que são placas de cimento em distintas alturas nas paredes da cela.

Então, são certas coisa que tipo, *não cabe a só nós. Tipo ver o exemplo, ver e não praticar*. Se não tiver uma prática do que tu quer de melhor, você não vai colher nada, você não vai escutar nada...

Aqui, mais uma vez, se o Estado não *cumpra seus deveres*, não cabe a eles (*nós*) cumprir. *Saber seus direitos*, para além da demanda por condições bastante básicas de vida, parece denotar também uma certa insubmissão.

No primeiro dia do meu campo, houve uma blitz dentro do pavilhão, realizada pelo Grupo Especial de Operações Penitenciárias (GEOP). Os presos do pavilhão resistiram ao máximo que puderam, sob bombas de efeito moral e balas de borracha, para saírem das celas. Nos disseram que fizeram isso como uma resposta por terem sido pegos de surpresa em um dia que teriam uma partida de futebol entre os blocos:

Aonde que eles chegaram dessa forma, já chegaram ali jogando bomba, dizendo que nós tinha que sair, porque tinha. Nós sem entender o que estava acontecendo nós falou que não ia sair de dentro da cela, "nós não vai sair, porque nós sabe que nós tem o interbloco aí". Onde que eles não veio falar nada pra nós e já foi jogando bomba, oprimindo nós ali, da forma que eles fazem aí quando eles querem chegar de qualquer jeito. Onde que nós segurou até um certo tempo. Quando falou pra eles, eles já vieram mais: "Não, bora sair na manha", e tal. Quando eles falaram isso, nós já também: "Então tá bom, então nós vai sair na manha", entendeu? Se vim dessa forma, tranquilo, mas se vim de outra forma, também nós... Nós é ser humano, também não é porque nós tá preso, nós tá ali dentro daquela cela que nós é como se fosse um animal.

Aqui, ser avisado de uma blitz, o que, para o Estado seria uma contradição em termos, parece tornar-se um *direito*. Ao decalcar as categorias estatais, o PCC não é contra a instituição Estado, mas contra um Estado, aquele se efetiva todos os dias em seus corpos em forma de opressão. Essa crítica deontológica ao Estado, que parece reforçar sua legitimidade, no entanto, interage com a infração à autoridade Estatal ao cometerem crimes e ao mesmo tempo assumirem posições onde enxergam a ausência do Estado. É o aprisionamento que lhes impõe uma tal efetivação estatal que não lhes resta outra possibilidade. Mas nessa deontologia talvez não haja meramente uma adesão à convenção, cabendo-nos perguntar se há também criatividade implicada nesta posição.

### **Trabalho e crime:**

Entrei no pavilhão 3 da UPRSL sob o pretexto de investigar uma suposta recusa, por parte dos aprisionados daquele pavilhão, em trabalhar dentro da unidade. A pesquisa

compunha um projeto do Tribunal de Justiça do Maranhão, que buscava gerar oportunidades de trabalho dentro de unidades prisionais.

Desde o primeiro dia de campo, aquela recusa foi vividamente negada, com revolta. Nossos interlocutores diziam que trabalhar e, conseqüentemente, remir a pena e sair mais rápido daquele lugar, era aquilo pelo que eles mais lutavam. Lutavam, porque as oportunidades de trabalho eram ali muito escassas, dando conta de um número bastante baixo de pessoas. Além disso, não eram trabalhos remunerados e, recorrentemente, não *constavam no sistema* para o cálculo de dias remidos.

Trabalho, para meus interlocutores, era sinônimo de *oportunidade*.

Entrevistado 1: Pra falar a verdade, dentro da unidade aqui, nós tem irmão aí que sabe fazer, cada um dos irmãos sabe fazer uma atividade diferente aí, faz bem feito. É a oportunidade que nós não tem o suficiente para todos estar ali ocupados de alguma coisa. Mas todos aí sabe fazer algo.

Entrevistado 2: A gente não vai viver muito tempo nessa vida aqui, aqui todo mundo sabe que é uma vida que só tem dois caminhos: o caminho que a gente tá vivendo aqui, e uma oportunidade, entendeu?

Querer trabalhar lá dentro não necessariamente significa querer sair do crime, mas simplesmente ir em busca de uma *melhoria* para suas vidas, diminuindo, em seus anos de pena, alguns dias.

Mas a escassez de trabalho naquela unidade era mais um tratamento específico que o pavilhão recebia, por ser do PCC, segundo meus interlocutores. Eles nos diziam, por exemplo, que estando no regime semi-aberto, só conseguiam sair da unidade para trabalhar se passassem um período no pavilhão 2, de neutros, não vinculados a nenhuma facção. Essa era uma condição para que fossem conduzidos a outra unidade prisional, de semi-aberto.

De dentro do discurso de meus interlocutores, a moral do Estado vai se fazendo visível: o trabalho dignifica. Em um pavilhão de “faccionados”, onde todos estariam comprometidos com o crime, não faria sentido oferecer oportunidades de trabalho, a não ser que os aprisionados naquele pavilhão aceitassem passar um tempo em um pavilhão de neutros:

Entrevistado 1: Eles querem tirar a gente daqui pra ir pra ali [pavilhão 2], passar uns dias ali pra depois arrumar alguma coisa, no caso a gente, semiaberto, pra mandar a gente pro Olho D'água<sup>14</sup>. Por que isso? Por que tem que passar por ali?

---

<sup>14</sup> Olho D'água é o nome de uma unidade prisional de regime semi-aberto em São Luís, localizada no bairro de mesmo nome.



K<sup>15</sup>: Isso já ofereceram para vocês?

Entrevistado 1: Não ofereceram, é o procedimento. Porque dizem... Ó, eu não sou faccionado, eu convivo...

K: Você é companheiro?

Entrevistado 1: Eu sou companheiro. Por que esse negócio de que "Ah, pra faccionado não pode"? Aí quando alguém está na unidade, que nem no meu caso aqui, eu estou aqui na UPSL3, PCC, para mim mandar para o Olho D'água, por que tem que me mandar para ali, pra a UPSL2? No meio daqueles jackie<sup>16</sup> ali?

L: Vocês têm noção se essa coisa é só... porque eles falam que é só com faccionado. Mas com as outras facções vocês sabem se também é assim?

Entrevistado 2: O tratamento deles com as outras facções é diferente. Tudo que eles pedem, eles dão, facilitam para eles. Tem trabalho para eles direto, eles saem aí. Agora nós aqui que eles tem esse tratamento já diferente com nós aqui, porque nós somos PCC, aí tudo dificulta mais. Para nós ir pro Olho D'água, eles alegam que lá no Olho D'água não recebe faccionado, aí quer tirar nós daqui, manda pra 2, aí com noventa dias que vão levar nós pra lá. Ó o sofrimento que a gente vai passar. Sendo que lá são três facção lá no Olho d'água, que tem lá, é três facção. Aí eles alegam isso aí, que quer levar nós pra cá, passa uns 60, 90 dias que leva. Sendo que nós pode nos levar direto, nós tamo no semiaberto, aqui não é semiaberto!

Passar pela cadeia de neutros parece significar, para o Estado, neutralizá-los. Para os *irmãos* e mesmo para os *companheiros*, passar por lá é inaceitável. Talvez por isso mesmo este se torne um procedimento por parte do Estado.

Existem, na UPSL3, alguns trabalhos que podem ser realizados dentro do pavilhão, mas fora das celas, como reformas e distribuição das marmitas, por exemplo. Mas a administração dessa unidade traz pessoas de outros pavilhões para fazer estes serviços lá dentro, o que gera bastante indignação, tanto pelo fato de que os *irmãos* e *companheiros* gostariam que eles mesmos fizessem estes trabalhos, quanto pelo fato de que estas pessoas muitas vezes cometeram crimes que são inaceitáveis para o PCC, como estupro e pedofilia. Sobre isso, a indignação de meus interlocutores tem a ver com a maneira que o Estado enxerga essas pessoas, em comparação com eles. A Karina estava contando que tinha ouvido de um agente estatal que as pessoas presas por estupro têm um perfil menos perigoso do que os do PCC. Ao que nossos interlocutores reagiram:

Entrevistado 1: É triste. Chega a ser é triste isso daí.

---

<sup>15</sup> A letra "K" será usada para identificar minha coorientadora, Karina Biondi.

<sup>16</sup> "Jackie" é o nome usado pelo PCC para se referir a pessoas acusadas de estupro.

Entrevistado 2: Eu não consigo entender o Estado... Pra eles, lá, é normal. Eles estupram, mata criança, mas trabalham, ganham dinheiro. Aí nós que é do crime...

Entrevistado 1: Eles têm suporte.

Entrevistado 2: Eu sei que nós trafica, rouba, daora! Mas não de querer ferir a ética do crime, entendeu? Aí dá a chance de nós trabalhar, de ganhar o seu salário... Mesmo que está preso, mas nós é humano. Agora, para eles lá em cima, aí quer dar trabalho, quer dar escola, quer dar curso, entendeu?

Segundo meus interlocutores, para além do aspecto *organizado* do PCC, que seria uma das razões para a administração não querer deixá-los soltos no pavilhão, existiria um medo por parte desta de que eles se aproveitassem da situação para *fazer corres*, ou levar e trazer algo como celulares ou droga:

A nossa meta é tirar a nossa cota aqui, que tem que tirar, e ir embora! Entendeu? Ir pra nossa rua, pra nossa quebrada, entendeu? Sair da cadeia. Eles não, eles pensam que a gente vai botar um *irmão* nosso ali que a gente vai *atrasar* um irmão nosso por conta de tá numa faxina dessa, jamais, nois visiona a liberdade, entendeu?

Aqui, meu interlocutor dizia que, se eles se aproveitassem de ter um companheiro solto para conseguir algo, seria um *atraso* na vida dessa pessoa, que potencialmente seria punida por isso. Ainda que esse tipo de situação possa ocorrer, vemos uma argumentação que rebate a do Estado a partir de seus pressupostos.

Se para o Estado o trabalho parece assumir um lugar de dignificação, para os *irmãos*, o trabalho na unidade prisional tem outro significado:

Entrevistado 1: Outra coisa, cadeia não muda ninguém não. Até porque se cadeia mudasse, lá fora era tudo mudado! Porque lá fora é totalmente diferente do que aqui. É muito pior, pior pelo lado pra nós aqui, que nós tá preso, privado, sem poder ficar com nossos familiares, sem poder estar ali, né, junto deles e ter oportunidade de ir em vários lugares, como tem muitas pessoas aí que frequentam (...), sua família. A diferença é essa. Quem faz mudar e quem muda é a pessoa por si própria, entendeu, de querer mudar, não é o sistema. Não é o governo que vai fazer mudança, é a pessoa por si própria, entendeu?  
Entrevistado 2: Isso aí é uma coisa que ocupa a mente nossa, entendeu? Nós ali tá pensando alguma coisa de ruim, se nós tiver com a mente ocupada, aquilo ali já muda de foco, entendeu? É uma coisa que ajuda muito.

Nessa segunda fala, meu interlocutor fala da ineficácia da prisão. Trabalhar na cadeia não significa uma escolha por uma vida do trabalho, tal como idealizada pelo Estado. Isso não significa que essas pessoas não realizem atividades remuneradas legais, mas que uma escolha não implica na outra. O Estado parece presumir uma totalidade pelo par de oposição bandido *versus* trabalhador, constitutiva de cada um em termos de algo definitivo como personalidade ou caráter. Para meus interlocutores, porém, a lógica é mais fluída.

Nesse sentido, o segundo interlocutor explicita o significado prático de trabalhar na prisão: *ocupar a cabeça*.

Com relação ao boato de que estavam se recusando a trabalhar, os meus interlocutores enfatizam uma autonomia. Quer dizer, se alguém se recusou, ele não pode representar todo o pavilhão, e eles o afirmam *em cima* da narrativa do Estado:

Entrevistado 4: Mas aí é individual por pessoa, ele não pode julgar um por todos, isso é individual por homem!

Entrevistado 2: Aí é uma coisa que é igual: como que ele vai saber que eu quero sair do crime se ele não me dá oportunidade?

Entrevistado 3: Verdade.

Entrevistado 4: Agora a cadeia já pode ler pensamento.

Entrevistado 1: Se eu lhe der um livro bem aqui assim, eu tô com esse livro aqui na mão, se eu não lhe der ele, como eu vou saber se você ia ler? Se não perguntar se você ia ler, eu não vou saber.

Entrevistado 3: É porque aí é muito ladrão, cada um tem uma mentalidade diferente, cada um pensa de um jeito. Ali ele quer definir ali pela opinião só de um, sendo que tu participou perante a todos os outros que estão lá querendo essa oportunidade! Aí aonde nós estamos correndo atrás, sempre apertando ali naquela tecla, melhoria, melhoria, melhoria, e eles, opressão, punição. Porque se nós quer o melhor, nós vamos correr atrás!

Nesse sentido, eles refutam a classificação de “faccionados”:

K: Tem uma compreensão, que eu ouvi dizer, da justiça inclusive, que acha que todos são faccionados da mesma forma. É isso?

Entrevistado 1: Para eles, pro Estado, é, realmente. Pro Estado, quem tá em outra unidade e pede para vir para cá, eles já querem que a gente assine até termo dizendo que é!

K: Vocês têm que assinar que...

Entrevistado 2: Tem que assinar um termo.

K: Aí o juiz olha para isso, né.

Entrevistado 1: Olha pra isso! É, eu tô puxando em outra cadeia, eu faço o corre pra cá, aí eles já quer dar um termo de responsabilidade assumindo ali que é PCC, tá ligado? Sem ser. Muitas vezes o mano tá querendo uma oportunidade até mesmo em busca de uma melhora, um convívio mais adequado pra ele ali com paz, harmonia, humildade, aí já tem que assinar. Aí o juiz ver e já, ali muitas vezes ali tu tá no teu direito da tua temporada nesse mês, ele vai dar lá mais na frente, "Não, vamos deixar ele no castigo porque ele é faccionado". Entendeu?

Entrevistado 3: Nessa cadeia aqui, eles olham, no Maranhão, eles olham que caiu aqui em Pedrinhas, todos aqui dentro é faccionado, tipo ali, "liderança", ali que fica os liderança, entendeu, pra eles. Então por isso que eles vê com esses olhos, entendeu?

Portanto, a origem do boato seria, do ponto de vista deles, uma mera justificativa que o Estado cria para encobrir sua própria *incompetência*:

Eu acho que muitas vezes eles procura justificar, tá entendendo, o que falta, o que o Estado deixa de dar pra gente, justifica assim, tipo botando a gente como uns incapacitados, ou que a gente não queira fazer, não é nada disso não. Pra mim, isso aí é só mais uma justificativa do Estado da incompetência deles, entendeu? Não nossa.

Ao perguntar se o fato de trabalhar dentro da unidade prisional significaria, para eles, se desvencilhar do crime, me pontuaram a importância da *palavra*:

Particularmente, o meu pensamento é o que: eu tenho uma condição, entendeu, que quando eu sair de um lugar desse, eu boto uma empresa bem ali. Mesmo eu sendo faccionado, vou botar uma empresa bem ali. A caminhada é o seguinte: quem sair e dizer aqui dentro que vai trabalhar, tá bem aqui o serviço pra tu trabalhar. Vai roubar, tá bem aqui, ó, arma pra tu roubar. Vai traficar, tá bem aqui arma pra tu traficar, não é você que tá dizendo? Agora, se você falou que vai fazer isso e pega, sai pra rua e toma outro desvio, já cabe o que, a cobrança! Porque não foi palavra minha, mas sim palavra sua, né? Então é uma coisa assim que eu vejo que vai de cada um, porque palavra a gente sempre tem que cumprir.

Aqui, trabalhar ou estar no crime aparece como uma escolha, o mais importante seria mesmo *cumprir sua palavra*. Quer dizer, pouco importa o que se vai fazer, desde que haja coerência com o que se assumiu. Outro interlocutor, por sua vez, fez uma hierarquia entre os dois termos da escolha, em termos de *mais oportunidades*:

Entrevistado: Na verdade o crime dá mais oportunidade do que o próprio Estado. Se você sair pra rua desamparado, o Comando vai chegar, vai lhe dar o dinheiro do aluguel, vai lhe dar o dinheiro da escola da sua filha, tipo pra você saber onde chegar. Trabalho (...) é difícil, pra poucos.

L: Então tanto no sentido do dinheiro, que vale mais a pena, mas também outras coisas.

Entrevistado: Não só dinheiro. Vai te dar inteligência, vai te formar pra muitas outras coisas. Vai te dar conhecimento para ir para fora. Não vai fazer que nem os outros e fechar a porta na sua cara.

O crime figura, aqui, como um último *caminho*.<sup>17</sup> possível. A palavra parece sugerir a ideia de livre-arbítrio, mas logo em seguida apontar para uma série sem fim de constrangimentos a uma escolha:

Entrevistado 1: Eu mesmo cresci dentro... Quebrada, nasci dentro de quebrada, nunca...

Entrevistado 2: Eu só estudei mesmo, que ali eu achava um meio de querer mudar de vida, mas depois, muitas barreiras que veio entrando. Aí infelizmente não foi dando certo. Aí fui pro crime.

Entrevistado 1: Quando eu fui pensar de estudar, a guerra já estava era louca, se eu fosse estudar, eu ia era morrer.

Entrevistado 2: Eu estudei.

---

<sup>17</sup> Catarina Morawska (2018) notou essa modulação em termos de *caminho* em sua etnografia em Peixinhos, bairro de Recife.

Danielson: Eu acho o seguinte assim, eu acho que quando a gente é pequeno assim, até mesmo antes de entrar para o crime, a gente cria algo, alguma perspectiva. Que até mesmo sempre tem uma pessoa que pergunta: “E tu, quando tu crescer, tu vai querer ser o que”? Assim, eu tinha uma grande vontade em me formar em advogado, entendeu? Eu estudava e pensava "Pô, eu vou ser advogado". Mas terminei desviando foi pro crime, questão, problema ali familiar, entendeu, família desestruturada, cresci sem pai, sem mãe. Muitos problemas que aconteceram na minha vida, que terminou me desviando ali dos estudos, da escola, me botou ali no mundo do crime. Depois que eu comecei a seguir esse caminho, eu não consegui mais sair dessa estrada, entendeu? E é isso, hoje eu tô com 37 anos e faço parte aí do Primeiro Comando da Capital, e é isso. Não foi como eu planejei, mas também não foi tão ruim também, que eu tô vivo, com saúde. Graças a Deus eu consegui construir... Não fiquei milionário na rua, mas eu construí pelo menos alguma coisa que dá para mim sobreviver hoje.

A falta de oportunidades, barreiras, problemas familiares e nascer em um contexto de *guerra* mais do que gerar uma escolha, parece colocá-los no mundo do crime. Algo não exatamente planejado, mas que possibilita a sobrevivência. O crime representa aqui manter-se vivo (materialmente, diante de outras facções, diante da polícia) e *conhecimento*. Se o crime é um *desvio* daquilo que é legitimado socialmente, este parece ser um segundo passo depois do primeiro e mais primordial, estar vivo em uma *guerra*.

Meus interlocutores, ainda assim, contestam uma compreensão dos termos “trabalho” e “crime” como personalidades, como um “perfil”. E ambos, como *opções*, deixam de ser inconciliáveis:

Chega pra nós como se nós que tivesse recusando. A gente tamos aqui para mostrar totalmente um lado da realidade que não é essa. O nosso intuito é de mostrar o que nós tem pra aprender. De serviço, eu não sabia cortar cabelo, eu sabia na rua, aprendi, montei o meu salão, fiz as minhas coisas tudinho. Se eu entrei para o lado errado foi uma opção minha, hoje eu tô pagando.

*Entrar para o lado errado* foi uma *opção* pela qual já se está *pagando*. Isso significa que esta opção já está resolvida, do ponto de vista do que o Estado requer. Este interlocutor faz um esforço em se des-essencializar por meio da lógica própria ao Estado.

Por fim, a própria noção de ressocialização por meio do aprisionamento entra, para meus interlocutores, em xeque. Sua realização, na verdade, é aquilo pelo que eles demandam, para a *melhoria* de suas vidas enquanto não estão libertos. Mas há uma compreensão de que no lugar da *ressocialização*, o que há é *opressão*:

Entrevistado 1: A gente vem conversar com a direção, a gente pede uma oportunidade de curso, oportunidade na teoria e na prática, que seja um curso de garçom que teve aqui, que eu participei. Um curso ali bem focado, que *leva a gente novamente pro meio da sociedade*.

Entrevistado 2: Agora está vindo a realidade à tona, esse é o nosso relato, que é totalmente inverso do que a unidade falou, ou que a SEAP, a Secretaria de Segurança, o juiz, o promotor, tudo eles diz. "A gente tamo aqui pra se ressocializar", *como é que nós vamos se ressocializar em cima do sofrimento?* Se eles não oprimem de um jeito, eles oprimem de outro, oprimem até com uma água cara! Até numa água de bebedouro, pô, pra nós beber, até coliforme feçais tem dentro da nossa água que a gente bebe.

No limite desta argumentação, quem se torna criminoso, então, é o próprio Estado:

Lá na minha cela mesmo nós tamo em 17. É um sufoco. Um banheiro só por xadrez, pra 17 pessoa usar. É um sufoco, mas assim, eu nem reclamo muito disso, porque é uma vida que a gente escolheu, eu sei que vai ter consequência, entendeu? Eu não reclamo referente a isso, essas coisa. Mas eu acho que falta muito do Estado. Entendeu? É que eu sabia que poderia... Sabia que podia passar por situações que não iam ser confortáveis. Então a gente já fazia aquilo sabendo, entendeu? Então quando a gente tá em uma situação desconfortável não adianta reclamar, mas a gente pode contestar algumas coisas que a gente vê que já está fora, que já pode até ser enquadrado ali num crime da parte do Estado, não mais da nossa parte, entendeu? Muitas vezes agressão. Agressão a um irmão nosso. Muitas vezes sem precisar tacam gás de pimenta na gente. Desnecessário. Porque até onde eu sei, agredir uma pessoa presa também é crime! Entendeu? Também é crime, então é isso que eu quero dizer. A gente pode contestar essas coisas que já não é crime da nossa parte, e sim da parte deles.

Meus interlocutores querem fazer que a *igualdade* impere entre eles e o Estado, sob a baliza da máxima "cada ação tem uma reação". Eles, por sua parte, estão cientes disso, *faziam aquilo sabendo*. Cientes disso, admitem as consequências, mas até certo ponto, porque passando dele, o Estado é que se torna criminoso. Admitir as consequências, afirmar que sempre souberam e assumiram elas parece ser uma premissa, enfim, para que possam questionar o Estado. Algo que pode ser parafraseado assim: "a nossa parte estamos cumprindo, como manda a lei. Cumpra a sua, como manda a lei."

### **O certo e o justo**

Para os *irmãos e companheiros*, o *certo* é o próprio PCC. O *erro* pode existir dentro da da facção, mas ele diz respeito a uma pessoa, e ela será *cobrada*:

Entrevistado 1: As nossas visitas, a gente não pode cometer nenhum tipo de alteração, nós, internos, porque se nós cometer qualquer tipo de alteração na visita, assustar um pai, uma mãe, um irmão. Todo mundo vai fazer de conta que não está acontecendo nada, mas na hora que eles forem embora, ele vai ser cobrado! Ele vai ter que dar a direção, desenhar bonitinho por que aquela alteração ali, se ela valia a pena. Um preso tem a visita da esposa dele, que é as nossas cunhadas, se ele brigar, e ela fazer qualquer tipo de barulho, chamar atenção da unidade, ou até mesmo de outra visita, quando terminar a visita nós vamos ter que conversar com ele. Aqui não acontece esse tipo de coisa

não, aqui é justiça e imparcialidade, aqui é o certo, o justo e o correto, se o cabra errar, ele vai ter que dar a direção de porque que ele tá errando, ele vai ter que: "Vou te explicar e vou desenhar pra ti". Ele tem que fazer essas duas coisas, ele tem que explicar e desenhar, desenhar com detalhes bem bonitinho, fazer o desenhinho dele bacana, porque senão ele vai ser cobrado.

Entrevistado 2: A gente costuma dizer que o Comando não erra, quem erra é integrante. Dentro da igreja, todo mundo que está lá é crente? Não. Então o Comando não erra, o comando ele tá lá, e quando a gente olha pra cima, a gente vê o exemplo. Entendeu?

Em contraposição, outras facções, outras maneiras de cometer crimes ou o próprio crime pelo qual a pessoa é condenada são o *errado*. Os crimes em si mesmo não tolerados, são, especialmente, o estupro e a pedofilia:

Às vezes eu fico me perguntando sozinho: o que uma criança desse tamanho fez pra um cara desse pra ele fazer isso com ela? Entendeu? Porque nós pode ter o coração às vezes, quem achar que nós tem o coração ruim, que nós é mau, que nós é aquilo, às vezes eu fico pensando assim: se nós for botar os pingos nos is, nós não tem o coração bom não. Mas e esses caras? Essas pessoas que fazem isso aí? Ontem mesmo eu estava falando lá na cela, lá. Porque quando eu vejo, eu fico com raiva logo, quando eu vejo esses negócios passando. Eu falei logo pro cara, eu falei... Porque eu tenho uma irmã de criação que ela foi violentada, foi estuprada. Aí falando pros menino lá, eu digo: "Mano, como que a lei do Brasil pode ser dessa forma? Um cara desse aí" Aquele cara (...) nos Estados Unidos lá, que foi torturado uns 10 minutos pra poder morrer. Eu digo aqui que era pra ser assim no Brasil com esses caras que estupram, que matam mulher aí. (...) Às vezes eu fico olhando essas coisas assim e aquilo ali chega dói em mim, como é que pode um cara desse ainda tem um tratamento diferenciado.

Os próprios *irmãos e companheiros* não teriam *bom coração* também, talvez na medida mesmo em que cometem atos ilegais. Ainda assim, não são tão *maus* quanto os estupradores e pedófilos. Isso, porque me parece que a ilegalidade é admitida pelo PCC em termos bastante específicos, os quais definem quando e como ela é legítima. Durante o período em que entrei no pavilhão da UPSL, ocorreu um assalto a um ônibus na cidade, que terminou com o motorista assassinado. O caso teve repercussão e os motoristas de ônibus de São Luís entraram em greve. Ao mencionarmos o caso durante uma conversa, nossos interlocutores fizeram uma longa auto-diferenciação com relação aos autores deste assalto:

Entrevistado 1: Se nós pegar dentro de uma quebrada nossa da organização 1533, PCC, roubo de casa não acontece, roubo de morador não acontece, roubo de pedestre conhecido, de rua, não acontece. Eu mesmo, particularmente, eu tô aqui conversando com vocês, eu não tenho coragem de fazer maldade com vocês não. Eu já tenho desde de treze anos, catorze anos foi o meu primeiro assalto, eu estou com trinta e oito anos, só quem conhece a guerra sabe dar valor à paz. Então a gente vive em uma guerra constante, eu não vou fazer mal pra um inocente, né? A família vai buscar dinheiro de quem tem dinheiro, a gente não anda pegando muito assim... Tem ladrão que é assim, a sociedade julga muito uns, todos por um. Porque eu não visiono eu

roubar um celular, cara. Uma pessoa que trabalha mês e mês para comprar um celular. Tem gente que trabalha anos e anos pra comprar um celular. Então o meu visionamento com o crime é assim, é por isso que às vezes o Estado não gosta de nós, porque a gente afeta eles, dispõe do caixa eletrônico, pega uma latinha no meio da rua, faz os assalto a banco, pega uma distribuidora de valores, invade uma mansão, grampeia todo mundo e vai buscar o ouro e o dinheiro que tem dentro. A gente visiona o grande, o crescimento, o progresso. Eu vou roubar uma pessoa, trabalhador na rua? O que eu estou fazendo na minha vida? Eu vou puxar uma cadeia grandona, que agora é grandona para qualquer tipo de assalto, eu vou perder um bocado de tempo na cadeia, vou pegar um bocado de processo, porte ilegal de arma, munição ilegal, ameaça a vítima... Se eu de repente ferir ela, ela reagir, é uma tentativa de homicídio, por causa de um celular! Como ele citou bem aqui um índio, olha só pra tu ver como o índio é tão doído, tem a mente vazia, matar um cara por causa de um biscoito!<sup>18</sup> Olha só a realidade, a gente vai buscar dinheiro de quem tem dinheiro, se ele tivesse a nossa ideologia, a nossa habilidade mental, ele não ia fazer uma coisa dessas. Ele não tem habilidade, mentalmente equilibrada, ele não tem, ele não tem aquele equilíbrio mental farto. Porque às vezes, até quando a gente está em exercício, uma pessoa bem ali a gente pega, senta todo mundo, olha só: é assim, é assim, com tranquilidade, sem bater de vítima (?). A gente propõe o diálogo, então nós vai: olha, o que está acontecendo é isso, a gente estamos fazendo isso, a gente só quer que você colabore, que nada vai sair do conforme, tudo vai ser bonitinho e você vai ficar com a sua família, sua casa, a gente só quer uma coisa específica: isso. A gente só quer que ele dê isso pra nós! A família é assim, com calma.

Entrevistado 2: Eu particularmente nunca entraria num ônibus desse aí, pra fazer uma ação dessa. "Não mano, eu vou pegar bem o celular daquela mulher ali", que eu sei que ela... Não sei nem se ela ainda está pagando o celular, se ela já pagou. Aí o cara vai lá e toma, ela sofrendo para porra pra ir na bicicletinha dela todo dia pro serviço, o cara vai lá e toma. Assim, você fica até mal visto dentro do bairro, todo mundo fala "vagabundo desse aí, roubando besteira". Mas se o cara disser assim pra mim: tem um correio ali do lado, tem 6 mil real lá. Eu vou lá buscar! Não é do Estado? Vou lá já buscar. Vou lá toda hora buscar. Aonde tem! Aonde eu vejo que tem, aonde eles possam botar no lugar, que eu vejo que eles tem pra botar no lugar lá, entendeu? Mas de quem está ali sofrendo o seu quilo de feijão ali, não vou tirar dela não!

Aqui, é tecida uma noção do que é um roubo justo e o que é um roubo injusto a partir de uma questão de classe. Roubar o Estado, roubar de *quem tem*, é o *certo*, é *justo* e vale a pena ir sem pestanejar. Roubar de quem *não tem* é *errado* e *mal visto*.

Assim, os *irmãos* e *companheiros* buscam distanciar-se de outros crimes e, mesmo dentre crimes que são admitidos, como o roubo, ele deve ser cometido sob determinados preceitos. E, dessa forma, o PCC passa a se formular como *o crime*:

O PCC é quase... Não é um crime, tipo ali... É o crime mas ao mesmo tempo é um crime mais puro, tá entendendo? Nos termos da sociedade, entendeu. Porque certas caminhadas a gente apoia muito a sociedade, entendeu? Porque ali, verdadeiramente ali, no crime que acontece hoje em dia. Que nem,

---

<sup>18</sup> Aqui, esse interlocutor se referia a um caso comentado por outro homem na conversa, em que um homem indígena foi preso por homicídio após a tentativa de furto dos biscoitos que a pessoa assassinada vendia.



acontece muita coisa aí que o crime não é aquilo! (...) A gente que tá dentro desse mundo, a gente que visiona assim: "Cara, o PCC ele é um estilo de vida", entendeu? Pra gente que tá dentro, assim, da caminhada ali. A gente visiona isso, que é um estilo de vida, porque a gente trata todo mundo ali da melhor forma, a gente sempre procura entender o lado do outro, se pôr no lugar do próximo, entendeu?

Essa *pureza* é formulada em função da uma busca de legitimidade diante dos *trabalhadores*, de uma relação específica com a *comunidade*:

Eu morei dentro de um condomínio, que eu vendia droga lá dentro. Mas todo mundo dentro do condomínio lá gostava de mim. Porque quando às vezes queimava era a bomba lá dentro do condomínio, ninguém ligava lá pro dono do condomínio não, antes do dono chegar eu mandava ajeitar, eu mandava ajeitar a bomba e tudo lá, botava tudo direitinho. Quando ele chegava, eu dizia: "Olha só, aqui a bomba velha, comprei uma bomba nova, tá aí", e ele disse "Na hora, depois nós se acerta". Os moradores lá do prédio, quando faltava uma energia ali, nós tava ali pra ajeitar. Porque assim que é o PCC, o PCC ajuda ali a comunidade, quem pode ajudar, ajuda todos. Faltou uma cesta básica pra um vizinho ali, tá com fome, vamos comprar uma cesta básica para ele. É assim que nós é, nós não tira do morador que nós vê que está ali lutando para ganhar o seu pão de cada dia não. A gente vai em cima de quem tem.

Daí advém a defesa de que o PCC é *social*:

Foi tipo assim, quem ouve o PCC, quem conhece sabe, ele vai pelo certo, ele é um ser social, o PCC não é antissocial, ou seja, tem facção aí dentro de um bairro, facção que oprime a sociedade, oprime pai de família... O PCC não é isso! E se algum integrante tiver nessas ideia, o Comando é prejudicado em cima dessas caminhada. Então o Comando é um ser social. Não só nisso, mas eu já vi ali em São Paulo ali, uma cesta básica, não só para família de PCC, mas até pra pessoas que não tinha nada a ver com o PCC. Agora em 2020 e 2021, que eu tô ali de novo, tava foragido, (...) e eu vi com os meus olhos nas favela lá como era o dia a dia do Comando. Então aquilo vai infiltrando dentro da gente, a gente vê ali que tem o maior respeito, etc. E não gosta de oprimissão, pô, nois tá preso. E eu acho que o sistema deveria dar graças a Deus pelo Comando, porque depois que o Comando veio, muitas coisas melhoraram, tipo paz, que não tinha paz dentro da cadeia, era faca, tá ligado?

E político:

O PCC também ele é um partido, vamos supor, quase que político. Mas só que veio contra a opressão, as injustiças que acontecia dentro do sistema, que era muito opressor na época que veio a ser levantada a nossa bandeira lá em São Paulo.

Tipo um partido político contra a politicagem ali mesmo da rua, entendeu? Porque querendo ou não, a política da rua influencia dentro dos órgãos que é do governo. Então gerar corrupção, onde a gente não admite, a gente é sempre ali junto em cima das caminhadas das nossas necessidades, a gente sempre tá cobrando... Dessa questão da política que eu tô falando é isso... Porque a gente sabe, o prefeito vai fazer uma promessa antes da eleição, ele ganha, ele já não volta mais lá na casa daquela pessoa humilde que ele prometeu rios e mares pra pessoa. Então, o Comando ele já vem muito em cima dessas caminhadas, de apoiar ali a comunidade em si na rua.

Faz-se necessário, assim, um movimento propriamente ideológico por parte da facção. Um interlocutor, ao contar da chegada do PCC no Piauí, se opôs a uma ideia de que a facção teria “tomado” o território. Nas palavras dele,

Mas não é que a gente tomou, eu tenho como uma palavra certa "conscientizou". Porque em cima disso parou a matança dentro da cadeia, os ladrão começou a se respeitar mais dentro do xadrez, entendeu? A gente começou a se organizar mais contra a máquina opressora.

Assim, o PCC se entende como o *certo* por conta do que seria uma *conscientização*, no *crime*, de uma forma específica de se atuar. E, segundo meus interlocutores, o Estado *sabe* que eles são *o certo*, mas os *faz de errado* para a sociedade:

Entrevistado 1: Nós tem que tá cobrando, batendo de frente. Eu sei que eles sabem, que eles tem a consciência que nós tá cobrando o certo pra eles, mas nunca botam nós como o certo, eles vê sempre como o errado.

Entrevistado 2: Apesar de cada ato ter suas consequências, então bem aí, acredito assim, se a direção, a Seap, viesse com a verdade, era até melhor, porque nós somos faccionados, a gente tem compromisso com a verdade, pô. Tanto eles joga pra nós, como nós joga pra eles. Agora, a sociedade acredita em quem? Quem é que a sociedade acredita que esteja certo? Hum? Eu acredito que o preso, né, que esteja errado. E a polícia certa, né? Mas às vezes também a pessoa imagina: é cara, se tem tanta polícia desse jeito e um monte de preso, pra não acontecer coisa ruim, imagina se não tivesse a polícia, como é que ia ficar o Brasil, o mundo? Se não tivesse a justiça? Né? Ela tem que fazer a parte dela corretamente, tá entendendo? Não injustamente, porque a gente é contra a injustiça. Paz, justiça, liberdade, igualdade, união, a gente somos igualdade, até nós mesmos, no meio de nós, tá entendendo, pra acontecer alguma coisa ruim, ele tem procurar por onde ela tá chegando a ele! Porque até pra nós, pra um nosso integrante, tem que ser porque ele esteja procurando a morte pra ele! Então a unidade dizer que a gente não quer pagar uma coisa que a gente está vendo que é benefício nosso... Ele está querendo, ele procura, tá lá matando ele porque ele procurou atraso pra vida dele, vai morrer porque procurou. E nós não, nós tamos procurando uma melhora. Não é chegar e dizer assim: aí, eu não quero e pronto, fato, manda pra lá e acabou. Agora, se você não tivesse mais uma vez, sentado pra conversar, em quem vocês iam acreditar? Como assim, no começo, vocês acreditaram em quem? Na unidade ou no preso?

Aqui, meu interlocutor faz um jogo de correspondência para demonstrar que o PCC é o *justo*. O PCC procura pela *melhoria*, internamente e nas relações externas. Internamente, a justiça vigora de modo que só morre alguém se esta pessoa *procura por isso*. Em consonância a essa *justiça*, segundo meu interlocutor, eles buscam a melhoria na vida deles, e nesse sentido não recusariam trabalho dentro da unidade.

Mas o Estado, ao supostamente tomar a recusa de um por todos, não teve este mesmo senso de justiça. E, em todos os casos, faz uma imagem *errada* do PCC, na qual a sociedade *acredita*:

Porque assim, eu estou julgando elas como a sociedade, tá entendendo, porque: elas estão do lado de fora. A gente se encontra custodiado. Elas estão na rua, nós estamos trancados. Elas têm o livre-arbítrio delas de vir quando quiser, nós não. É só todo o tempo: do banheiro pra grade, do banheiro pra grade, do banheiro pra grade. É, eu mesmo particularmente, vocês estão conversando bem aqui, (?) com vocês, mas nunca, em momento algum! Em momento algum que eu estiver: ai tal... Não. Porque quando a gente conhece, a gente volta! A gente não deixa acontecer. Quando a gente tem um diálogo, vamos supor, eu não tenho coragem de fazer uma perversidade com uma enfermeira dessa, está entendendo? Uma psicóloga dessa daqui da unidade, que está aqui pra ajudar nós, tá entendendo? Não, essa daí não. Se quiser pode ir sozinho, eu não vou!

E, justamente por serem *o certo*, se diferenciam do Estado na medida em que este não o é. Um de meus interlocutores dizia que o que o Estado faz pelos presos é pura maquiagem. E, nesse sentido, o Estado não *é a verdade*:

Entrevistado 1: Mas uma situação pra ser favorável, pra ajudar o preso a ir embora mais rápido da unidade, não dá. Dão, em cima de maquiagem. Porque o PCC nunca vai em cima de maquiagem. *A gente é o certo, o justo e o correto. A gente é a verdade. A gente não usa maquiagem, não tem duas caras, a justiça tem, nós não.*

Entrevistado 2: Que nem eu falo, quer dizer: vocês nunca me fez mal! Nunca colocou risco pra mim, se a gente topar em qualquer lugar, pode ter certeza que eu não vou fazer nada contigo não e nem vai estar se escondendo de mim não! Eu sou humano, eu sou que nem tu aí também, só apenas errei, fiz um erro pra estar aqui, entendeu? Tu tá trabalhando, é teu trabalho estar aqui, eu só apenas errei e vim parar onde eu tô, entendeu? Mas aí tem gente que: "Não, porque fulano está preso"

Essa fala, direcionada a nós enquanto *sociedade*, levanta algumas questões importantes do pensamento dos *irmãos e companheiros* com quem conversei. Eles não vão *fazer nada*, nenhum *mal* com alguém que não faz *mal* a eles. Ser alguém que não faz *mal* parece, em alguma medida, ser alguém passível de *diálogo*. Do diálogo, advém a *melhoria*, que seria benéfica a todas as partes. E, para se ter *diálogo*, parece ser necessário o reconhecimento de que ainda que tenham *errado* e por isso estejam presos, condição mais evidente da alteridade nessa relação, eles continuam sendo *humanos*.

Do *certo*, porém, não parecem tornar-se o *errado* por terem cometido *um erro*. É como se, dentro do que é o *errado* para a *sociedade*, eles fossem *o certo*, o que é inconciliável com o ponto de vista do Estado, que os faz de *errado para a sociedade*.

Quando me dizem ter *errado*, meus interlocutores partem de uma valoração da lei que, talvez seja possível dizer, legitima-se enquanto uma valoração transcendente, cujo sentido deriva de si mesmo. No momento em que vigora em seus discursos uma

valoração que se define como um ser em si mesmo, meus interlocutores usam a categoria *erro* com um conteúdo semântico hegemônico. Mas o *certo* e o *errado* que opera internamente ao PCC e no seu ponto de vista sobre outras facções e sobre o Estado tem seu sentido determinado contingencialmente, pela ação, o que busquei aqui descrever. O ponto de virada entre os dois modos de valoração parece depender de qual é o termo do outro lado do diálogo.

Determinar a significação do valor depende de uma relação de força. Meus interlocutores às vezes são vitoriosos, outras vezes fracassados. Por um lado, a lei os vence, na medida em que estão presos. Por outro, as valorações que definem a necessidade de seus aprisionamentos são por eles viradas do avesso, exibindo sua contingencialidade.

O que causou seus aprisionamentos foi um *erro*, e os Estado os *faz de errados*. De um lado, uma ação, do outro, uma essencialização, encarnação do valor no ser. Quem produz cada valoração se faz evidente neste discurso.

Talvez seja isso o que possibilita que meus interlocutores sejam o *certo*, mesmo que tenham *errado*. Como o *certo*, eles encarnam o valor, mas para o fazer dependem continuamente de provarem-se por meio de suas ações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BIONDI, Karina. **Junto e misturado**. [s.l.]: Editora Terceiro Nome, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Proibido roubar na quebrada**. [s.l.]: Editora Terceiro Nome, 2018.
- BOLDRIN, Guilherme Ramos. **Desejo e separação monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo**. UFSCar, 2017.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**. [s.l.]: Editora Companhia das Letras, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. [s.l.]: Leya, 2014.
- GODOI, Rafael, **Fluxos em cadeia**, [s.l.]: Boitempo Editorial, 2017.
- HERZFELD, Michael. **A antropologia do outro lado do espelho: etnografia crítica nas margens da Europa**. [s.l.]: Difel, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cultural Intimacy**. [s.l.]: Routledge, 2014.
- \_\_\_\_\_. **The poetics of manhood : contest and identity in a Cretan mountain village**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.
- MARQUES, Adalton. **Crime e proceder : um experimento antropológico**. São Paulo: Alameda, 2014.
- MORAWSKA, Catarina. **Luto e memória das mães da saudade de Peixinhos**. In: Ana Claudia Marques; Natacha Simeí Leal. (Org.). *Alquimias do Parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. 1ed. Rio de Janeiro: Gramma; Terceiro Nome, 2018. pp. 335-376.
- NASCIMENTO, Abdias. **Submundo**. [s.l.]: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2023.
- NIETZSCHE, Friedrich . **A genealogia da moral**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PAES MANSO, Bruno ; CALDEIRA, Camila. **A guerra : a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo, Sp: Todavia, 2018.
- PÍCARO CARLOS, Daniel. (2012). A invenção da cultura. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 21(21), 337-340.
- VELOSO HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**. [s.l.]: EdUFSCar, 2022.
- VILLELA, Jorge Luiz. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. **Revista De Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 185–220, 2001.
- WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Brasil: Cosac Naify, 2010.